

## **ANÁLISE DOS RELATÓRIOS PRODUZIDOS PELO NEDET DO EXTREMO NORTE DO AMAPÁ**

Evilania Bento da Cunha<sup>1</sup>  
Patricia Rocha Chaves<sup>2</sup>

### **Resumo**

O presente artigo é resultado da assessoria feita pelo Núcleo de Desenvolvimento Territorial, composta por professores das universidades públicas brasileiras para atender a chamada CNPq/MDA/SPM-PR nº 11/2014. O certame estabelecia o apoio à implantação e manutenção dos Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial, nesse caso, a assessoria foi para o Colegiado Territorial do Extremo Norte do Amapá. Dentre as atribuições do NEDET encontra-se a avaliação diagnóstica do Colegiado territorial e a elaboração de relatórios trimestrais com objetivo de mapear as potencialidades e limitações das instâncias colegiadas. Este trabalho é resultado da análise da institucionalidade do Colegiado apontado nos relatórios.

**Palavras-chave: Nedet, política territorial, Institucionalidade**

### **Introdução:**

O presente trabalho é resultado de um projeto de extensão, elaborado para concorrer a chamada CNPq/MDA/SPM-PR Nº 11/2014 que visava o apoio à implantação e manutenção de Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial. Após a aprovação do Projeto foi registrado como extensão na Universidade Federal do Amapá- UNIFAP sob o mesmo título: “Apoio á implantação e manutenção do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial do Extremo Norte do Amapá”, com acréscimo do território que seria atendido pelo Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial – NEDET.

O Nedet é um núcleo de extensão coordenado por professores universitários que tenham pesquisas voltadas para a temática de desenvolvimento territorial. Dessa forma, o programa político para o desenvolvimento da agricultura teria o acompanhamento e assessoria de uma equipe que potencializasse o acesso as políticas públicas e projetos financeiros que suprissem o agricultor familiar e suas demandas. É bom ressaltar que o NEDET, é uma experiência recente na condução das políticas públicas voltadas para os agricultores.

---

<sup>1</sup> Universidade Federal do Amapá, evilaniageo@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Universidade Federal do Amapá,

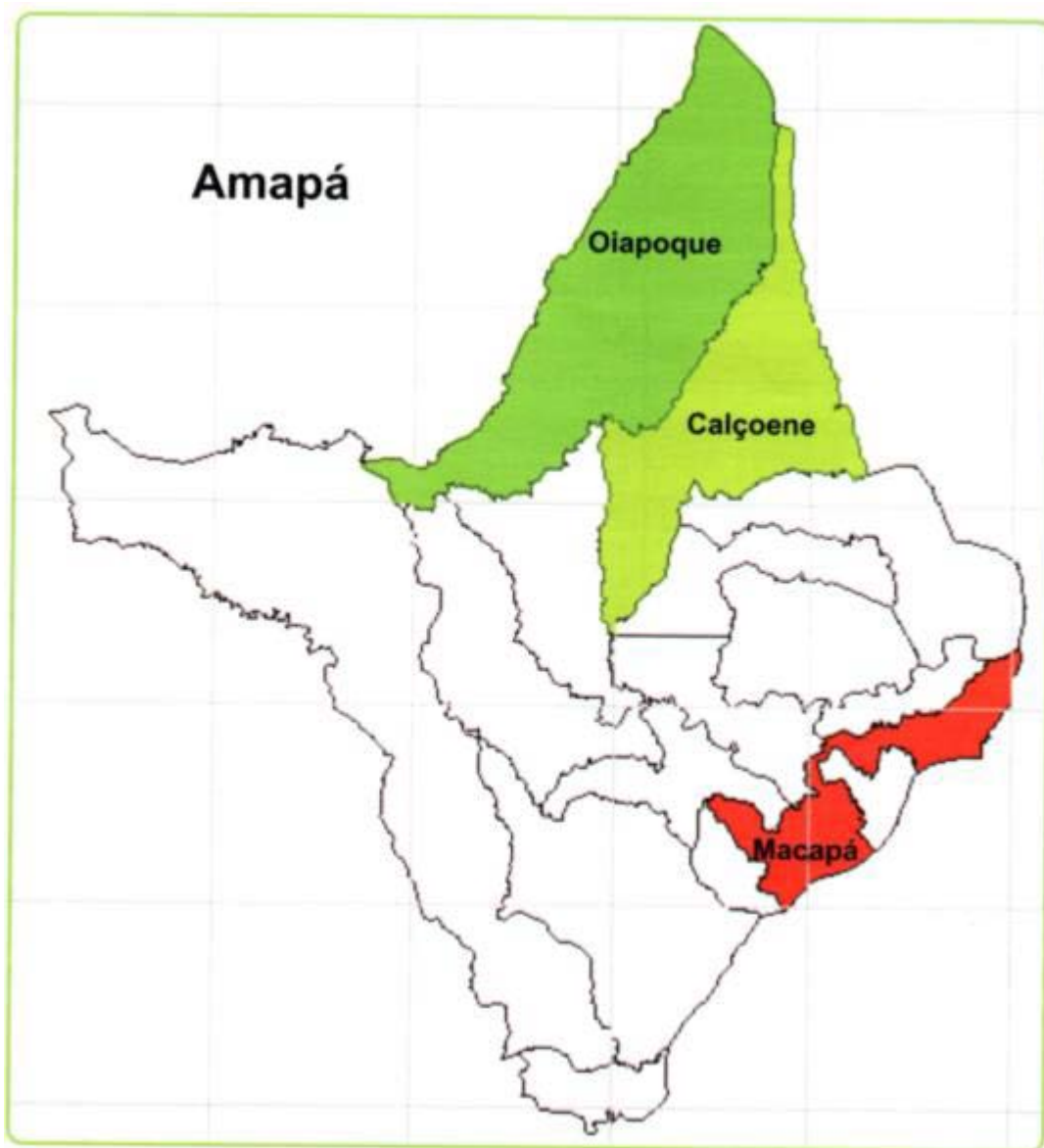
Desde a década de 90 a perspectiva de território assumida na Europa chega ao Brasil. Contudo, foi mais amplamente incentivado e concretizado no Governo Lula. A tônica era dada a atuação coletiva e a descentralização de decisões. Dessa forma, as políticas devem partir de um pacto territorial, por isso os recursos financeiros destinados pelo PRONAF seriam disponibilizados a municípios que tivessem conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS e que tivessem um Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – PMDRS, aprovado pelo CMDRS. A articulação entre política pública e a sociedade civil organizada, em conjunto com o poder público ampliou com a institucionalização dos territórios rurais implementados pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT do Ministério de Desenvolvimento Agrário –MDA desde 2004. A política territorial foi expandida a todo Brasil e com ela o aperfeiçoamento das assessorias prestadas aos Colegiados Territoriais.

O último edital de 2014 exigiu que a coordenação dos NEDETs fossem delegados a professores universitários, levando em consideração a experiência do projeto Célula, uma espécie de embrionário e que antecedeu os Nedets. Neste artigo faremos um recorte do diagnóstico inicial elaborado pela equipe do Nedet do Extremo Norte do Amapá, dando ênfase a institucionalidade.

O Colegiado Territorial do Extremo Norte do Amapá - CODETEX é composto apenas por 02 municípios: Oiapoque e Calçoene e estamos geograficamente localizados na tríplice fronteira entre Brasil, Suriname e Guiana Francesa. O Território Extremo Norte vive de um lado na exploração do garimpo, e do outro, na proteção de terras indígenas, quilombolas e áreas de proteção ambiental como o Parque Nacional do Cabo Orange. Ver figura 1.

O núcleo de extensão assessorou o colegiado territorial rural no biênio 2014 - 2016, nesse sentido objetivou-se conhecer as entidades, seus representantes e os documentos legais. O Colegiado tem bem definido as entidades que compõe o núcleo diretivo e a Plenária, o núcleo técnico não está instituído enquanto representação legal. Contudo, na prática os projetos do Proinf, por exemplo, são elaborados pelos técnicos do RURAP, entidade de extensão rural que compõe o Colegiado. Já as câmaras temáticas só existiam o nome no papel, e não conseguimos verificar em documentos, como atas de reunião se essas câmaras foram realmente criadas e quais existem. Apontamos a necessidade de reestruturação e criação das

câmaras e comitês, o que foi feito durante a assessoria. Assim, apresentaremos o resultado de uma análise documental que foram apontados nos relatórios durante a execução do projeto.



**Figura 1: Estado do Amapá com destaque para os municípios de Oiapoque e Calçoene e a capital Macapá**  
**Fonte: PARCEIRO, 2011.**

O Regimento interno do Codetex faz uma retrospectiva da criação desse colegiado desde abril de 2009 e das Instituições que assessoraram na sua implementação até a ampliação das entidades que teriam acento neste Colegiado. Como a gestão territorial prima pela paridade entre o poder público e a sociedade civil organizada também o fez em relação ao número de entidades que comporiam nos municípios de Oiapoque e Calçoene.

De acordo com o quadro abaixo apresentaremos as Entidades e Associações dos municípios de Oiapoque e Calçoene que tem assento no Colegiado.

Quadro 1: Instituições que integram o CODETEX

OIAPOQUE	
SOCIEDADE CIVIL	PODER PUBLICO
Associação rural de oiapoque/ARO	Prefeitura municipal de oiapoque/PMO
Associação dos agricultores do km 47/AAK47	Câmara municipal de vereadores de oiapoque/CMVC
Associação dos agricultores familiares e criadores da vitória/AAFCV	Instituto chico mendes para conservação diversidade/ICMBIO
Associação agroextrativista da vila velha do cassiporé	Universidade Federal do Amapá/UNIFAP
Associação do 1º do Cassiporé	Fundação nacional do índio/FUNAI
Sindicato dos trabalhadores e trabalhadoras rurais oiapoque/STTR	Instituto de desenvolvimento rural oiapoque/RURAP
Sindicato patronal rural de oiapoque/SRO	Secretaria de estado de desenvolvimento rural oiapoque/SDR/UDL
Conselho dos caciques de oiapoque/CCPIO	Agência de pesca do amapá/PESCAP
Colônia dos pescadores de oiapoque/z-3	Instituto de desenvolvimento e ordenamento territorial amapá/IMAP
Associação dos agricultores do assentamento dos igarapés verde e água azul/asprigaa	Agência de defesa agropecuária do Amapá/DIAGRO
CALÇOENE	
SOCIEDADE CIVIL	PODER PUBLICO
Associação agroextrativista do Carnot - AGROCARNOT	Prefeitura Municipal de Calçoene
Associação agrícola do Lourenço - AGROLOURENÇO	Câmara de Vereadores de Calçoene
Associação dos agricultores do Assentamento Irineu e Felipe	Instituto de desenvolvimento Rural do Amapá - RURAP
Colônia de Pescadores Z9	Secretaria de desenvolvimento Rural do Amapá – SDR/UDL
Associação dos agricultores do Mutum	Instituto Estadual de Florestas - IEF
Sindicato dos Trabalhadores e trabalhadoras rurais - STTR	Agencia de Pesca do Estado do Amapá - PESCAP

Associação da colônia agrícola do Carnot - ACAC	Secretaria de Inclusão e Mobilização social do estado do Amapá - SIMS
Associação dos moradores remanescentes de Quilombola do Cunani - AMRQC	Instituto de Desenvolvimento e Ordenamento Territorial do Amapá - IMAP
Cooperativa Agroextrativista do município de Calçoene -	Agência de defesa Agropecuária do Amapá - Diagro
Cooperativa de pescadores de Calçoene - CALÇOPESCA	

Fonte: organizado pelas autoras. 2017.

Durante a assessoria do Codetex o NEDET buscou um diagnóstico das instituições que compõem o Colegiado, através do instrumento metodológico de entrevistas e apreciação dos documentos legais das associações. Este artigo apresenta a análise dos relatórios entregues ao Ministério de Desenvolvimento Agrário - MDA e CNPQ aos quais o projeto é vinculado.

O que observamos no quadro acima é que ao invés de 40 Instituições como prevê o Regimento existem apenas 39, por que no Município de Calçoene não teve Instituições publicas que assumisse o assento para integrar as 20 vagas destinadas a esse município.

Contudo, durante a avaliação diagnostica prevista na execução do convênio do NEDET identificamos uma incompatibilidade das Instituições Publicas que se repetem no município de Calçoene e Oiapoque. Embora, essas Instituições tenham escritórios locais nos dois municípios, elas são uma única Instituição a nível estadual portadora de um único CNPJ e uma única diretoria com sede na capital do estado, Macapá.

Sendo assim, as Instituições RURAP, SDR, PESCAP, IMAP, DIAGRO deveriam ocupar apenas um assento no Colegiado. É necessária a reflexão sobre o papel das Instituições Publicas dentro do Colegiado. Nesse sentido, elas deveriam exercer uma assessoria técnica com o aporte de capital humano que as compõem. Sendo assim, indagamos sobre a paridade das Instituições da Sociedade Civil e Publica no tocante aos assentos, poderíamos indicar uma diminuição de representatividade da sociedade civil para se adequar a paridade levando em consideração o quantitativo de entidades Públicas.

Contudo, percebemos uma fragilidade na atuação política das Associações locais, assim cabe um incentivo para uma maior participação nas esferas colegiadas com intuito de fortalecer os debates e articulações das associações rurais tão fragilizadas no Extremo Norte.

### **Os Relatórios em perspectiva**

O relatório seguia um roteiro estabelecido pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário-MDA, disponível numa plataforma online que foi sofrendo ajustes durante o convênio, como se tratava de um convênio para todo o Brasil, esperava-se que pudéssemos ter uma base de dados dos Territórios Rurais e de Cidadania de todo o país favorecendo a comparação e análise de dados. Essas informações seriam a base para políticas públicas voltada para o campo e o agricultor familiar, saberíamos as limitações e as forças presentes nos colegiados territoriais.

As duas primeiras perguntas relacionavam-se a composição do próprio Colegiado e o funcionamento das instâncias que o compõem, por exemplo se era respeitado a paridade entre o poder público e as entidades civis organizadas na composição e nos cargos dentro de cada instância. Observamos que a Plenária e o Núcleo diretivo eram as únicas instâncias que funcionavam, já as câmeras e comitês temáticos e técnicos que compreendem as instâncias colegiada não existia enquanto grupos de trabalho definido para tal fim com ata de criação.

No entanto, observamos na prática que algumas atribuições do comitê técnico era desempenhado por servidores de instituições públicas, como a elaboração do PROINF( projeto de infraestrutura), que era feito pelos técnicos do RURAP, entidade responsável pela extensão rural no estado do Amapá.

Por outro lado, as câmeras temáticas de Mulher, Juventude e Povos e Comunidades Tradicionais que tem por objetivo discutir e propor projetos que atenda as necessidades específicas dessas categorias não existiam. A ausência dessas câmeras temáticas gerava um vazio de debates e consolidação das propostas para atender esse público, restringindo os debates nas assembleias semestrais. Durante a assessoria do NEDET, foram instituídas as câmeras, mas não conseguimos consolidar esses grupos de trabalho no CODETEX.

Portanto, o Quadro 2 diz respeito a composição do Colegiado, de acordo com os documentos encontrados durante o diagnóstico, embora já tenha alterações. Identificamos, a

pouca participação das mulheres e jovens nas três instâncias. Essa observação foi feita como indicativo para debate e alteração nas próximas assembleias.

Quadro 2: Composição das Instâncias do CODETEX

INSTÂNCIA	REPRESENTANTE NOO CODETEX	INSTITUIÇÃO
Núcleo Diretivo	Salmo dos Santos Silva(presidente)	RURAP- Oiapoque
	Helido Farias do Carmo(vice-pres.)	APROS-Calçoene
	Geida Fonseca Pontes (1º secretário) <sup>3</sup>	Prefeitura de Calçoene
	Pedro Ivo de Sousa Araújo(2º secretário)	Secretário de Meio Ambiente- Oiapoque
Assembléia	Edson Alves da Silva	Câmara de vereadores Oiapoque
	Ricardo Motta Pires	ICMBIO
	Rubio José Ferreira	UNIFAP
	Ricardo Silveira de Medeiros	PESCAP
	Joenes Antônio Gumaraes Pereira	FUNAI
	Genival da Silva Campos	Prefeitura de Oiapoque
	Sinvaldo Ribeiro dos Santos	STTRS- Oiapoque
	Julio Teixeira Garcia	Colônia de pescadores Z3
	Gilberto Iaparrá	CCPIO
	Gilberto Mariano de Souza	ARO
	Ueslei Nei da Silveira Teles	AARK47
	Sebastião Pinheiro da Moraes	AACAP
	Valfrido Martins da Silva	ASPROVAC
		AAFCV
	Sindicato patronal rural de oiapoque/SRO	
	Associação do 1º do Cassipó	
	Pedro Aluísio Pitar da Costa <sup>4</sup>	Colônia de Pescadores Z-9

<sup>3</sup> O atual representante de Calçoene é o secretário de agricultura Raimundo Nonato Barbosa Alves, mas ainda não consta no Codetex o documento que oficializa a alteração.

<sup>4</sup> Apartir do Sr. Pedro temos os membros do Codetex de Calçoene. No entanto perceberemos poucos nomes devido a desarticulação naquele municipio, foi difícil encontrar com os representantes de todas as Instituições.

	Ronaldo de Oliveira Almeida	AGROCARNOT
	João Peres de Oliveira	Associação dos Produtores da Colônia Agrícola do Carnot
	Maria do Monte Serrate Costa	CALÇOPESCA
	Domingos Ramos Damasceno	AMRQC
		Associação da colônia agrícola do Carnot - ACAC
		Cooperativa Agroextrativista do município de Calçoene
		AGROLOURENÇO
		Associação dos agricultores de Mutum
		STTRR
	Anderson	UDL- Unidade de Desenvolvimento Local
	Aldevandro	DIAGRO
		SIMS
		IEF
		IMAP
		RURAP
		PESCAP
		Câmara Municipal Calçoene

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2016.

Os espaços vazios no quadro acima foram os representantes que não localizamos os documentos de sua indicação para ocupar cadeira no Colegiado e que não conseguimos contatar durante o diagnóstico. E ainda, houve alteração de representantes e de setor. Por exemplo, o segundo secretário representa a prefeitura do Oiapoque. No entanto, durante a avaliação o mesmo não encontrava-se no cargo municipal e continuou no cargo representando a sua instituição que não pertencia ao poder público, mas a sociedade civil organizada.

Em relação aos documentos conseguimos ter acesso com o atual presidente do Codetex apenas o Regimento interno e atas das reuniões a partir de 2012, não foi possível verificar a existência da ata de fundação do colegiado, pois os documentos encontram-se espalhados entre os municípios de Calçoene e Oiapoque em posse das gestões anteriores. Identificamos, portanto,



a necessidade da criação de um arquivo para o Codetex para o funcionamento do banco de dados, seja para consultas de pesquisadores ou para guardar a memória e história das decisões e ações tomadas pelas instancias colegiadas.

Todas as Associações tem os documentos legalizados, com as atas de mudança de diretorias atualizadas. Contudo, os documentos de indicação do representante no Colegiado, não encontra-se atualizado por todas as Instituições.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentre as considerações finais, avaliamos que a organização dos Territórios rurais é fruto das Instituições que a compõem e no histórico de cada uma delas, podendo ter uma presença atuante ou não, constuir possibilidades dentro dessa política publica ou apenas receber o que é enviado pelo governo.

A dimensão positiva no desenvolvimento dessa assessoria foi sentir que as Instituições perceberam no contato do diagnóstico que somos assessores, que além de sermos da universidade moramos próximo, e de alguma forma fazemos parte do território. Outro ponto foi ter acesso a informações de adequação da política do proinf durante a capacitação dos NEDETs do estado do Amapá e Maranhão, favorecendo a implementação de um projeto de cunho produtivo e social que é a feira da agricultura familiar nos moldes da economia solidária, as informações adquiridas durante a formação para os NEDETs possibilitaram a solicitação de um ônibus que transportasse os agricultores até a feira.

Pois, havíamos identificado que o fato de ter uma BR que perpassa as comunidades rurais e indígenas, não lhes eram permitido o transporte de passageiros no mesmo veiculo que transportava a mercadoria, tornando um entrave para comercialização dos produtos por parte dos proprios agricultores.

No entanto, diante dessa realidade o objeto do projeto proinf que era um onibus, havia sido negado anteriormente o que foi revisto para atender uma demanda local. Mesmo com todas as argumentações do Colegiado permanecia os interesses do proponente no sinconv, o Estado. Portanto, esse procedimento indica a fragilidade da instancia colegiada frente ao poder do Estado.

Por outro lado, a confiança estabelecida entre a Universidade e as entidades colegiadas, a transparencia e a chamada para reflexão sobre os pontos vistos durante a avaliação

diagnóstica feita pelos assessores do NEDET e os representantes do CODETEX criou um nível de reciprocidade.

Já, para o desenvolvimento do trabalho da equipe do NEDET, a maior dificuldade foi a falta de informação e de documentos que norteassem esse trabalho por parte do MDA e da delegacia regional, uma vez que só tivemos acesso a essas informações em setembro de 2015 durante a oficina de formação dos NEDETs, quando já havíamos iniciado a assessoria, sem os instrumentais que o convenio previa.

E ainda, a dificuldade em acessar os próprios documentos do CODETEX, pois a ONG que antecedeu essa assessoria no território também não repassou os documentos e relatórios. Fomos construindo as informações sobre o território como uma colcha de retalhos. Na medida, que conversávamos com os representantes das Instituições éramos conduzidos a outras pessoas que detinham informações, mas já não eram representantes legais.

Ao final da assessoria do NEDET percebemos que a fragilidade nas instancias territoriais se dão pela instabilidade das políticas públicas que com a mudança de governo interfere na sequencia ou não das políticas adotadas. Observamos, que no caso específico do Codetex as entidades da sociedade civil organizadas tem uma mobilização frágil frente ao poder público.

## **Referências Bibliográficas**

CORREA, Vanessa Petrelli. DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E A IMPLANTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS VINCULADAS A ESTA PERSPECTIVA. Ipea regional, urbano e ambiental nº 03, dez. 2009.

FAVARETO, ARILSON et.al. Políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil: avanços e desafios . Brasília: IICA, 2010. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável; v.12)

PARCEIRO, Programa Integrado de Ações Socioambientais da Amazônia Oriental. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável**: Território Extremo Norte do Amapá. Macapá-AP: PARCEIRO, 2011.